



Conselho Municipal
de Segurança Alimentar
e Nutricional

RELATÓRIO FINAL

III CONFERÊNCIA MUNICIPAL DE SEGURANÇA ALIMENTAR E NUTRICIONAL

**FORTALECENDO AS BASES PARA A SOBERANIA E
SEGURANÇA ALIMENTAR E NUTRICIONAL: COM
DEMOCRACIA, RESISTÊNCIA E PARTICIPAÇÃO POPULAR**



PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE PIRACICABA

Secretaria Municipal de Assistência e Desenvolvimento Social - SMADS

Piracicaba

Novembro 2019

COMISSÃO ORGANIZADORA

Grupo Executivo

Cassia Cristina Tonin Del Tio
Márcia Juliana Cardoso
Marina Vieira da Silva
Natália Gebrim Doria
Tatiane Moral Scaglione Stella

Subcomissão de Relatoria e Temário

Felipe Mendes
Julia Pereira
Luís Fernando Guedes Pinto
Natália Gebrim Doria
Márcia Juliana Cardoso
Matheus Martins
Tomás Ramos

Subcomissão de Infraestrutura e logística

Ana Maria de Meira
Cassia Cristina Tonin Del Tio
Tatiane Moral Scaglione Stella
Vaine Regina Spadotto

Subcomissão de Comunicação e Mobilização

Natália Gebrim Doria
Sabrina Rodrigues Bologna
Tatiane Moral Scaglione Stella

SUMÁRIO

APRESENTAÇÃO.....	4
INTRODUÇÃO.....	6
DA III CONFERÊNCIA MUNICIPAL DE SEGURANÇA ALIMENTAR E NUTRICIONAL DE PIRACICABA	9
ROTEIRO UTILIZADOS PARA DISCUSSÃO NOS GRUPOS DE TRABALHO.....	10
PROPOSTAS DA III CONFERÊNCIA MUNICIPAL DE SEGURANÇA ALIMENTAR E NUTRICIONAL.....	12

APRESENTAÇÃO

A III Conferência Municipal de Segurança Alimentar e Nutricional, realizada em 23 de novembro de 2019, no Anfiteatro “Urgel de Almeida Lima” (Jumbão), na ESALQ/USP, em Piracicaba/SP, contou com a participação de aproximadamente 60 pessoas e teve como objetivo ampliar e fortalecer os compromissos políticos pela soberania, segurança alimentar e nutricional e a garantia do direito humano à alimentação adequada e saudável, assegurando a participação social.

Em 1º de janeiro de 2019 foi lançada a Medida Provisória (MP) 870, concretizada com a aprovação pelo Congresso em setembro no mesmo ano. Esta MP extingui o Conselho Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional (CONSEA), o que na prática impede o funcionamento do Sistema Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional. Com isso muitas das conquistas e avanços no campo da Segurança Alimentar e Nutricional (SAN), da equidade e da justiça social ficam ameaçadas, resultando em maior vulnerabilidade de populações que já são marginalizadas na sociedade.

Conselhos Municipais e Estaduais de SAN vêm trabalhando na busca do fortalecimento das ações locais e regionais dentro de seus territórios, num movimento de resistência e (re) existência no processo da participação popular institucional. Na busca de fortalecer, ampliar e efetivar as ações de SAN e sempre na luta pela restituição do Conselho Nacional.

Motivados pela luta pelos espaços institucionais e pelo fortalecimento da ação territorial unimos esforços para a realização desta Conferência em Piracicaba, ainda no ano de 2019. Entendemos ainda que é essencial o estímulo à organização da sociedade para as conquistas sociais e que só poderemos garantir de modo eficaz e permanente a Soberania e Segurança Alimentar e Nutricional, se houver um trabalho conjunto entre governo e organizações da sociedade civil, com o comprometimento da construção de políticas públicas que caminhem neste sentido. Dessa maneira, o esforço para a ação conjunta e coordenada é fundamental. Por isso um grande objetivo desta conferência foi a elaboração de propostas que orientem as ações do COMSEA nos próximos quatro anos e que constituam subsídio para a criação de um Plano Municipal de SAN, elaborado de forma participativa, democrática e que tenha o comprometimento do poder público para sua execução.

Com isso reafirmamos o nosso lema: “Fortalecendo as bases para a Soberania e SAN: com democracia, resistência e participação popular”. E o nosso compromisso com

o combate à fome e à miséria e a defesa do CONSEA Nacional, do Sistema Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional e da Lei Orgânica de SAN.

O empenho, a dedicação e a participação de todos envolvidos nesta conferência foi de vital importância para a realização deste trabalho e para a formulação do resultado até aqui encontrado.

Acreditamos que os avanços para a garantia da Soberania e Segurança Alimentar e Nutricional só se darão com a participação popular, que dá voz aos atores diretamente envolvidos e afetados pela temática tratada.

Natália Gebrim Doria
Presidente do COMSEA/ Piracicaba

INTRODUÇÃO

Prof^a. Julicristie Machado de Oliveira (FCA/UNICAMP)

“Da conjuntura ao prato: o CONSEA somos nós”

De acordo com a Lei Orgânica de Segurança Alimentar e Nutricional - LOSAN/2006 (Lei nº 11.346, de 15 de setembro de 2006), pode-se compreender a Segurança Alimentar e Nutricional (SAN) como a “...realização do direito de todos ao acesso regular e permanente a alimentos de qualidade, em quantidade suficiente, sem comprometer o acesso a outras necessidades essenciais, tendo como base práticas alimentares promotoras de saúde que respeitem a diversidade cultural e que sejam ambiental, cultural, econômica e socialmente sustentáveis.” Esse conceito se aproxima, mas também se diferencia de um outro apenas mencionado, mas pouco definido no texto dessa mesma lei (Brasil, 2006).

Trata-se da noção de Soberania Alimentar, pois “...a consecução do direito humano à alimentação adequada e da segurança alimentar e nutricional requer o respeito à soberania, que confere aos países a primazia de suas decisões sobre a produção e o consumo de alimentos” (Brasil, 2006). Em termos práticos, o conceito de SAN ficou muito atrelado às políticas públicas de combate à fome dos anos 2000 e parte dos anos 2010. A Soberania Alimentar, por sua vez, parece que teve mais eco nos discursos dos movimentos sociais, especialmente os da reforma agrária e da agroecologia.

Além da LOSAN, outro marco importante foi a incorporação da alimentação como direito constitucional por meio de emenda: “São direitos sociais a educação, a saúde, a alimentação, o trabalho, a moradia, o lazer, a segurança, a previdência social, a proteção à maternidade e à infância, a assistência aos desamparados, na forma desta Constituição” (Brasil, 2010). Assim, por meio desse arcabouço legal e constitucional a noção e a construção do Direito Humano à Alimentação Adequada (DHAA) ganhou força não somente no discurso biológico-nutricional, mas também na valorização da comida como marcadora de identidade cultural e humanidade. De forma concomitante ao alicerce legal da SAN, foram aprimoradas e implementadas uma série de políticas públicas, como as de transferência de renda, de inclusão de alimentos agroecológicos na alimentação escolar, de compra pública de alimentos da agricultura familiar e de povos comunidades tradicionais, por exemplo.

Em relação à trajetória da SAN no Brasil, o investimento científico, quer seja na produção de dados nacionais e em pesquisas desenvolvidas nas universidades públicas especialmente, possibilitou avaliar os efeitos das mencionadas políticas públicas aprimoradas e desenvolvidas ao longo dos anos 2000 e 2010. Assim, foi possível observar uma redução significativa nas prevalências de Insegurança Alimentar e Nutricional (IAN), de 34,9%, em 2004, para 22,6%, em 2013, o que aponta um efeito benéfico, mas ainda insuficiente das políticas públicas para a construção da SAN e do DHAA. Os determinantes das prevalências ainda altas de IAN foram renda insuficiente, residir em área rural, nas regiões norte e nordeste, compor família com menores de 18 anos, ter a mulher como chefe do domicílio, com cor de pele parda/preta, maior número de moradores no mesmo domicílio e ter menos acesso a serviços de saneamento (IBGE, 2014).

Apesar da ausência de dados recentes sobre a prevalência de IAN no Brasil, estatísticas de 2018 apontam que 25,3% dos brasileiros estão abaixo da linha da pobreza o que equivale a viver com menos de cerca de 420 reais por mês por pessoa do domicílio (IBGE, 2019a). Os determinantes da pobreza são muito semelhantes, quase os mesmos, aos anteriormente mencionados em relação à IAN. Outro ponto importante da conjuntura atual se refere ao tensionamento que os gastos com transporte têm causado no orçamento população brasileira. A última Pesquisa de Orçamentos Familiares (POF) de 2017/2028 aponta que a participação nas despesas com transporte ultrapassou pela primeira vez a participação dos gastos com alimentação no orçamento (IBGE, 2019b).

Outro ponto que merece uma investigação e uma reflexão mais aprofundada é o gasto com alimentação fora do domicílio que, de forma surpreendente, não seguiu a projeção de aumento para o Sudeste e reduziu cerca de 3%. Há necessidade de confirmação, mas a redução pode ser reflexo da crise e do aumento da pobreza. Houve redução também do consumo de carnes, vísceras e pescados, de cereais e leguminosas e aumento do consumo de frutas e hortaliças, de alimentos preparados e outros alimentos industrializados (IBGE, 2019b). Apesar de ter havido aumento no consumo de frutas e hortaliças, a redução do consumo de cereais e leguminosas e o aumento dos alimentos industrializados justificam a necessidade de um olhar mais qualificado e aprofundado para a SAN e o DHAA.

Diante dessa trajetória e dessa conjuntura atual, reafirmar a importância das instâncias de controle social, os Conselhos Municipais de Segurança Alimentar e Nutricional (COMSEA), é urgente. A extinção do Conselho Nacional de Segurança

Alimentar e Nutricional (CONSEA) ocorrida no início de 2019 abalou de forma importante as estruturas das políticas públicas de SAN. Porém, tendo em vista o aumento da pobreza, fortalecer os COMSEAs é um caminho para garantir a SAN e o DHAA das populações mais vulneráveis. Nesse sentido, entendendo o COMSEA como uma instância que atua na formulação, monitoramento e avaliação das políticas públicas, promover a formação reflexiva dos conselheiros, propor, apoiar, coordenar pesquisas para avaliar as experiências municipais, como os restaurantes populares, a distribuição de cestas básicas, dentre outros, podem ser caminhos interessantes para embasar e justificar mudanças ou novas políticas públicas.

Por fim, a formação de uma Câmara Intersetorial de SAN com participação dos técnicos dos diferentes setores, como saúde, agricultura, ambiente, educação e assistência social, não só de secretários, mas também de técnicos, pode potencializar a reflexão interdisciplinar e intersetorial da SAN, além de promover um diálogo entre pessoas de diferentes formações e vivências. Sem diálogo, sem pessoas inclinadas e sensíveis ao tema complexo da SAN não há sua construção.

Referências

Brasil. Lei Orgânica de Segurança Alimentar e Nutricional. Lei nº 11.346, de 15 de setembro de 2006. Cria o Sistema Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional. SISAN com vistas em assegurar o direito humano à alimentação adequada e dá outras providências.

Brasil. Emenda Constitucional 064 de 4 de fevereiro de 2010. Altera o artigo 6º da constituição federal e adiciona a alimentação como um dos direitos sociais.

IBGE. Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios. Segurança Alimentar 2013. Rio de Janeiro: IBGE, 2014.

IBGE. Síntese de indicadores sociais: uma análise das condições de vida da população brasileira: 2019. Rio de Janeiro: IBGE, 2019a.

IBGE. Pesquisa de orçamentos familiares 2017-2018: primeiros resultados. Rio de Janeiro: IBGE, 2019b.

DA III CONFERÊNCIA MUNICIPAL DE SEGURANÇA ALIMENTAR E NUTRICIONAL DE PIRACICABA

TEMA

Fortalecendo as bases para a Soberania e Segurança Alimentar e Nutricional

LEMA/ TÍTULO

Com democracia, resistência e participação popular

OBJETIVO GERAL

Ampliar e fortalecer os compromissos políticos pela soberania, segurança alimentar e nutricional e a garantia do direito humano à alimentação adequada e saudável, assegurando a participação social

OBJETIVO ESPECÍFICOS

I – Estimular a participação da sociedade nos espaços de discussão de tomadas de decisões voltados a Soberania e Segurança Alimentar e Nutricional;

II – Fortalecer o papel e a atuação do COMSEA, bem como divulgar as ações desenvolvidas pelo Conselho;

III – Contribuir para a elaboração de propostas que fortaleçam a Segurança Alimentar e Nutricional e a atuação do Conselho no âmbito municipal;

IV – Contribuir para a elaboração do Plano Municipal de Segurança Alimentar e Nutricional de Piracicaba;

V – Eleger delegados para participarem da Conferência Estadual (São Paulo) e Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional.

EIXOS TEMÁTICOS

Eixo 1 – Saúde

Eixo 2 – Agricultura e Abastecimento

Eixo 3 – Assistência Social

Eixo 4 – Educação

PARTICIPANTES

A Conferência deve contar com a participação de representantes de órgãos públicos municipais, entidades, sindicatos, organizações e movimentos da sociedade civil e todo e qualquer cidadão ou cidadã que se sinta neste dever.

ROTEIRO UTILIZADOS PARA DISCUSSÃO NOS GRUPOS DE TRABALHO

EIXO 1 – SAÚDE

- O que tem sido feito na área da saúde para a garantia do DHAA e da SAN? O que funciona bem e o que precisa ser mudado/melhorado?
- Além das ações que o município já realiza para prevenção e tratamento da obesidade, que outros instrumentos precisam ser criados para garantir subsídios, monitoramento, ampliação e apoio a estas ações?
- Como o município de Piracicaba pode garantir o atendimento integral das pessoas com Doenças crônicas não transmissíveis (DCNT)?
- O que precisa ser feito para que a saúde acompanhe os portadores de Alergias Alimentares na rede pública?
- Como o município pode promover a redução do consumo de ultraprocessados pela população de Piracicaba?
- Como garantir que as Diretrizes da Estratégia Amamenta Alimenta Brasil sejam incluídas efetivamente na rotina de atendimento na rede pública de saúde?
- Quais mecanismos podemos pensar para a construção e monitoramento das ações propostas nesse grupo de trabalho?

EIXO 2 – AGRICULTURA E ABASTECIMENTO

- O que tem sido feito na área da agricultura e abastecimento para a garantia do DHAA e da SAN? O que funciona bem e o que precisa ser mudado/melhorado?
- Como aumentar os serviços de distribuição/ comercialização de alimentos frescos/ *in natura* no município?
- Na busca de diversificar a agricultura em Piracicaba e incentivar uma produção livre de agrotóxicos, como devemos estimular e promover ações de fortalecimento da agricultura familiar e produção agroecológica no município?
- Como fortalecer as atividades de produção agropecuária no município?
- O que é preciso para que se garanta a segurança alimentar e nutricional das famílias rurais?
- Quais mecanismos podemos pensar para a construção e monitoramento das ações propostas nesse grupo de trabalho?

EIXO 3 – ASSISTÊNCIA SOCIAL

- O que tem sido feito na área da assistência social para a garantia do DHAA e da SAN? O que funciona bem e o que precisa ser mudado/melhorado?
- Como a Assistência pode trabalhar em prol da alimentação adequada e saudável?
- Como a Assistência pode trabalhar a educação alimentar e nutricional (EAN) com as famílias atendidas pelo programa “Bolsa Família”?
- Quais sugestões podemos dar quanto a melhoria da composição das cestas básicas (para a Secretaria) e o uso mais “saudável” dos produtos ofertados nas cestas (para os usuários)?
- Como propor a compra de produtos locais da agricultura familiar para abastecer as organizações ou usuários atendidos pela Assistência Social?
- Quais mecanismos podemos sugerir para a construção e monitoramento das ações propostas nesse grupo de trabalho?

EIXO 4 – EDUCAÇÃO

- O que tem sido feito na área da educação para a garantia do DHAA e da SAN? O que funciona bem e o que precisa ser mudado/melhorado?
- Como tratar e garantir, em nível municipal, a compra de produtos da agricultura familiar para a alimentação escolar?
- Como inserir produtos orgânicos e agroecológicos na alimentação escolar?
- Como tratar a questão das alergias alimentares garantindo a oferta de um alimento seguro aos estudantes atendidos pelo PNAE?
- De que forma trabalhar a diminuição/proibição da venda de produtos ultraprocessados nas cantinas escolares?
- Como criar uma estratégia de educação alimentar e nutricional para ser trabalhada nas escolas (ex. Hortas escolares)?
- Como enfrentar a precarização dos vínculos trabalhistas de funcionários que trabalham na elaboração das refeições da alimentação escolar?
- Quais mecanismos podemos sugerir para a construção e monitoramento das ações propostas nesse grupo de trabalho?

PROPOSTAS DA III CONFERÊNCIA MUNICIPAL DE SEGURANÇA ALIMENTAR E NUTRICIONAL

- Formalizar todas as propostas desta Conferência para serem apresentados aos parceiros e aos órgãos municipais.
- Elaborar um planejamento e um cronograma de ações para orientar a atuação do Conselho Municipal de Segurança Alimentar e Nutricional de Piracicaba.
- Implementar de forma contínua capacitações e formações continuadas dos candidatos e integrantes do Conselho Municipal de Segurança Alimentar e Nutricional para uma adequada realização de sua função.
- Fortalecer o Conselho Municipal de Segurança Alimentar e Nutricional de Piracicaba.
- Criar a Câmara Municipal Intersecretarial de SAN, composta por secretários e técnicos de áreas relacionadas à SAN.
- Criar um Centro de Referência de Segurança Alimentar e Nutricional (CERSAN) em Piracicaba/SP.
- Incluir a participação do COMSEA e outros Conselhos na elaboração do Plano de Desenvolvimento Rural e Soberania Alimentar e Nutricional, descrito no Plano Diretor de Desenvolvimento do Município de Piracicaba.
- Que as deliberações da III Conferência de Segurança Alimentar e Nutricional de Piracicaba estejam em consonância e sejam contempladas no plano diretor de desenvolvimento e no plano de desenvolvimento rural, soberania, segurança alimentar e nutricional do município.
- Garantir o comprometimento do poder público municipal com os programas já existentes.
- Capacitar servidores de assistência social, saúde, agricultura e abastecimento e educação sobre as atividades dos serviços da rede municipal, que atuam de maneira intersecretorial nas políticas públicas de SAN.
- Intensificar a interação e colaboração entre a Secretaria de Saúde e Secretaria de Educação.
- Estabelecer parcerias e convênios com a Secretaria Municipal de Saúde, Secretaria Municipal de Meio Ambiente e outras instituições, para elaboração de programas relacionados à educação alimentar e nutricional, desenvolvimento sustentável nas escolas.

- Incentivar o diálogo entre nutricionistas da alimentação escolar e cooperativas da agricultura familiar, para que a formulação dos cardápios respeite, da melhor forma possível, a sazonalidade da produção de alimentos.
- Propor estudos para investigar as possíveis causas de alergias alimentares nos escolares, ocorridas no município de Piracicaba.
- Disponibilizar para a rede pública exames laboratoriais e clínicos que auxiliem o correto diagnóstico das diversas alergias alimentares dos estudantes atendidos pelo Programa Nacional de Alimentação Escolar.
- Criar um Centro de Referência especializado para o atendimento de doenças crônicas não transmissíveis incluindo: centro de tratamento, prevenção e educação em saúde.
- Criar um programa municipal de prevenção e tratamento do sobrepeso e da obesidade.
- Criar garantias legais para a permanência de ações de prevenção e tratamento do sobrepeso e da obesidade. Criar um artifício legal que assegure a adesão do município de Piracicaba aos programas (Programa Saúde na Escola e Crescer Saudável) e que deem cobertura a todas as escolas do município.
- Fortalecer a atenção básica da saúde por meio da educação permanente dos profissionais.
- Exigir a criação do cargo e contratação/concurso público para nutricionistas na área de saúde e outras secretarias municipais que necessitem deste profissional.
- Propor estudos acadêmicos para identificação de regiões e equipes prioritárias para o recebimento de Núcleos de Apoio à Saúde da Família (NASF) pela Secretaria Municipal de Saúde juntamente com Instituições de ensino e pesquisa.
- Criar Núcleos de Apoio à Saúde da Família (NASF) no município.
- Formular um projeto de lei, com auxílio do COMSEA, que restrinja a compra de alimentos ultraprocessados nas cantinas das escolas estaduais e privadas do município.
- Trabalhar a necessidade de conscientização para separação de resíduos nas escolas, levando em conta a logística para correto recolhimento e destinação.
- Elaborar um mapa interativo – de varejões, feiras-livre, hortas comunitárias, Unidades de Saúde da Família, Centros de Referência de Assistência Social, Centros de Referência Especializado de Assistência Social – com articulação das Secretarias Municipais (Saúde, Agricultura e Abastecimento, Assistência Social, Educação) e o IPPLAP (Instituto de Pesquisas e Planejamento de Piracicaba) como estratégia para dar visibilidade e incentivo ao consumo de alimentos ofertados nos equipamentos de abastecimento do município.

- Conhecer, identificar e mapear outras iniciativas da sociedade civil de distribuição de alimentos, além das ações do poder público.
- Aderir ao Programa de Aquisição de Alimentos e viabilizar a sua implementação como política municipal, articulando junto à Secretaria Municipal de Assistência e Desenvolvimento Social para viabilizar a adesão do PAA.
- Fazer/ propor parcerias formais com instituições de ensino e pesquisa, para assistência técnica e extensão rural
- Incentivar a organização dos agricultores familiares, por meio da assistência técnica, em cooperativas e associações, bem como a adesão àquelas já existentes.
- Estimular e garantir a assistência técnica e extensão rural para os agricultores de Piracicaba para orientação ao redor da documentação do cadastro da agricultura familiar.
- Criar Ticket Verde para uso em varejão local ou feira livre, de modo a gerar mais autonomia de escolha do usuário, devendo haver ajustes de preços dos hortifrutigranjeiros para viabilizar o projeto às periferias. O Ticket Verde deve ser elaborado em parceria entre as secretarias municipais de Agricultura e Abastecimento, Assistência e Desenvolvimento Social e Administração, por meio de estudo realizados por essas secretarias junto ao COMSEA, para avaliação de quais produtos da cesta básica deverão ser substituídos por esse ticket.
- Promover programas de educação no campo que incentivem a produção de alimentos para autoconsumo das famílias das zonas rurais de Piracicaba, por meio de escolas rurais, grupos religiosos, associações, cooperativas e afins.
- Promover a diversificação da produção por meio da criação de calendário regional de sazonalidade de culturas, garantindo a segurança e soberania alimentar do produtor rural.
- Realizar parcerias com instituições de ensino, pesquisa e extensão rural, tal como a ESALQ/USP, nos programas de assistência técnica e extensão rural para elaboração desse planejamento da agricultura de base ecológica.
- Incentivar hortas domiciliares.
- Oferecer capacitações técnicas para gestão da produção e distribuição de alimentos. 9
- Garantir a participação popular na construção de programas de produção de alimentos locais.
- Incentivar e fortalecer a educação no campo, de modo a promover emancipação da comunidade local, por meio de escolas rurais.

- Mapear fornecedores de insumos orgânicos de adubação, pó de rocha, palhada, matéria orgânica como resíduos de poda públicos, esterco, dentre outros insumos.
- Cadastrar e mapear as hortas urbanas e comunitárias.
- Fomentar a agricultura de base ecológica, incentivando a agroecologia e a permacultura no município de Piracicaba, produzindo alimentos mais diversos e de maior valor biológico/nutricional.